



PODER

Planalto quer ampliar crédito a trabalhador

Governo propõe a bancos acesso direto ao eSocial para facilitar a concessão de empréstimo consignado a funcionários de empresas privadas. Se aprovada pelo Congresso, medida pode beneficiar 42 milhões de empregados com carteira assinada

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

Fotos: Dney Justino / Audiovisual / PR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, ontem, que o governo vai apresentar uma proposta para expandir o **empréstimo consignado** para todos os trabalhadores sob regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os detalhes foram apresentados em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de Estado e representantes dos grandes bancos privados. O teor da medida depende da aprovação pelo Congresso, mas a intenção do Planalto é de que os trabalhadores privados tenham acesso a crédito com taxas de juros equivalentes às de servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Para viabilizar a modalidade, o governo promoveu melhorias no eSocial e permitirá que os bancos privados usem os dados da plataforma para fazer análises de risco de crédito. Isso facilitaria a concessão dos empréstimos.

O consignado privado é uma modalidade que já existe, mas apenas funcionários de empresas que possuam convênio com alguma instituição financeira podem acessá-lo, o que limita a tomada dos empréstimos nessa modalidade.

“Esse produto provoca uma pequena revolução no crédito brasileiro, porque você vai consignar no eSocial, que é algo hoje que toda empresa tem que aderir para fazer o recolhimento do que deve ao trabalhador em termos de INSS, FGTS, imposto retido na fonte, e assim por diante”, declarou Haddad a jornalistas, após a reunião.

O presidente Lula ainda vai convocar mais uma reunião interna para acertar os últimos detalhes. Por exemplo, se a proposta será enviada ao Congresso como medida provisória ou projeto de lei. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o texto será enviado ainda em fevereiro.

Participaram também da reunião os presidentes do Banco do



Você está elevando os funcionários privados à mesma categoria que um funcionário público, que um aposentado do INSS tem hoje. O que estamos viabilizando é um mecanismo de democratização do crédito barato, que hoje está circunscrito a essas duas categorias”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

“Nós confiamos que, tendo uma plataforma que possa centralizar a gestão do crédito consignado entre empresa, banco e trabalhador, nós temos o grande potencial de fazer com que o crédito consignado privado no Brasil possa decolar e ter uma performance muito melhor”, frisou Sidney.

Ele afirmou ainda que os bancos vão criar uma plataforma on-line em que os usuários vão poder comparar as diferentes propostas de consignado por instituição financeira e decidir qual é a mais vantajosa.

Na avaliação do banqueiro, a carteira de consignado privado pode saltar de R\$ 40 bilhões para até R\$ 130 bilhões com a mudança do eSocial.

Estímulo à economia

A expansão do crédito consignado para os trabalhadores celetistas é mais um estímulo do governo para fortalecer a atividade econômica, na avaliação de especialistas. Para o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto Luciano Nakabashi, por ser uma modalidade com riscos menores e a juros mais baixos, a medida deve atrair novas pessoas a contratarem crédito no país.

“E aí você aumenta a quantidade de crédito na economia. Aumentando a quantidade de crédito, você está aumentando a demanda agregada, estimulando a economia”, disse. Segundo ele, a medida pode reduzir, ainda, os juros praticados por bancos e outras instituições financeiras.

Para o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques, o melhor caminho a ser adotado pelo governo deve ser a negociação com os bancos para conseguir melhores taxas de juros. “Mas é bom lembrar que não se pode esquecer de oferecer condições para capacitar melhor a educação financeira desses potenciais devedores”, ressaltou.

Desconto em folha

O empréstimo consignado tende a ser mais barato por ter as parcelas de pagamento descontadas diretamente na folha de salário do trabalhador, o que reduz os riscos de calote para os bancos. A expectativa do governo é de que a proposta esteja disponível ainda este ano.

Brasil, Tarciana Medeiros, e da Caixa Econômica, Carlos Vieira; o presidente-executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney; e o presidente do Conselho da Febraban, Luiz Carlos Trabuco. Estiveram presentes, ainda, os CEOs do Bradesco, Marcelo Noronha; do Itaú, Milton Maluhy Filho; e do Santander, Mario Leão.

Atualmente, os consignados têm taxas de juros em torno de 2% ao mês. Para pensionistas do INSS, há um teto de 1,8%. Já os juros médios do empréstimo pessoal podem ser até três vezes maiores.

Segundo Haddad, enquanto os aposentados, pensionistas e

servidores, com folha de pagamento de R\$ 120 bilhões, têm R\$ 600 bilhões em crédito contratado, os celetistas possuem apenas R\$ 40 bilhões, com folha equivalente. O governo avalia que a ampliação vai beneficiar os 42 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

Igualdade

“Você está elevando os funcionários privados à mesma categoria que um funcionário público, que um aposentado do INSS tem hoje. O que estamos viabilizando é um mecanismo de democratização do crédito barato, que hoje está circunscrito

a essas duas categorias”, ressaltou o titular da Fazenda.

Uma das ideias comentadas é de que o consignado substitua o saque-aniversário do FGTS. Questionado sobre o fim do saque, Haddad afirmou que isso não foi discutido na reunião.

Na mesma coletiva, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, explicou que o consignado privado é regulamentado no Brasil desde 2003, mas não avançou por conta da dificuldade que os bancos tinham de avaliar o risco dos empréstimos. Enquanto servidores e aposentados possuem estabilidade e garantias, no setor privado o risco de inadimplência por demissões é muito maior.

Bancos resistem a teto para taxa de juros

Governo e bancos ainda não chegaram a um acordo sobre os juros que serão cobrados pelo crédito consignado aos trabalhadores do setor privado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu — após a reunião no Planalto para apresentar a proposta às instituições financeiras — que haja um teto. Os bancos rejeitam a ideia.

“Isso (o nível dos juros) vai ser matéria deliberada pelo presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) no encaminhamento”, disse Haddad. Técnicos do governo defendem que deve haver limites nesse tipo de crédito para evitar “abusos”. Uma das ideias do Executivo é ampliar o uso do FGTS, que funciona como uma poupança do trabalhador, para servir como garantia nas operações, mas ainda não há consenso.

Já o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, disse que a criação de um teto de juros pode gerar “disfuncionalidades” na competição entre as instituições. Ele também afirmou que quanto mais garantias forem

oferecidas por parte do trabalhador, mais barato será o acesso ao crédito.

“Achamos que esse produto deveria nascer com liberdade do ponto de vista de taxas. Cabe ao governo decidir. Quanto mais os bancos puderem competir entre si para ofertar essa linha, significa dizer que o consumidor, o trabalhador, vai poder migrar do banco A para o banco B e para o banco C. O teto costuma gerar algumas disfuncionalidades na competição. Essa é a nossa tese, mas essa é uma decisão governamental”, disse Sidney, reiterando que o mercado consegue se “autoregular”.

Sidney afirmou ainda que os bancos não reivindicaram uma ampliação na garantia do FGTS. “Quanto mais garantia, mais barato o crédito. Nós não estamos aqui necessariamente reivindicando a garantia do FGTS para essa linha. O que nós estamos aqui reivindicando é uma plataforma que possa ser provida com informações para análise do risco de crédito. Se tiver garantia, tanto melhor”, destacou.

Apetite

Sidney avaliou ainda que, neste novo modelo de crédito consignado privado, a precificação do risco vai depender do apetite das instituições financeiras. “Cada banco tem seu critério de concessão. Imaginem o seguinte, os trabalhadores são muito diferenciados (...) Se essas informações forem levadas para o E-social e os bancos enxergarem quantos empregados a empresa tem, qual é o porte da empresa, qual é a faixa de renda, quanto tempo esse empregado tem na empresa, qual é o nível de endividamento que esse empregado tem em outras linhas de crédito, tudo isso é um conjunto de informações que faz com que os bancos consigam aferir o risco de crédito e ofertar esse produto com taxas”, avaliou.

Hoje, o trabalhador titular do fundo pode oferecer como garantia até 10% do saldo de sua conta vinculada ao FGTS — e, em caso de demissão, pode ser oferecida ainda a totalidade da multa

de 40% que é paga pelo empregador no ato da dispensa.

Nos bastidores, integrantes do governo discutiam a possibilidade de ampliar esse percentual do FGTS, mas até em razão da posição dos bancos a ideia não deve prosperar.

Embora vejam de forma positiva as mudanças no consignado privado, as instituições discordavam da visão do governo de que o novo formato poderia substituir a antecipação do saque-aniversário do FGTS. Segundo Haddad, a extinção do dispositivo não foi debatida no encontro ontem.

Sob o argumento de que o saque prejudica o FGTS ao reduzir recursos disponíveis para habitação e saneamento, o Ministério do Trabalho defende que a modalidade seja extinta em paralelo à criação do novo consignado privado. Os bancos afirmam, por outro lado, que os públicos dos dois produtos têm baixa sobreposição, porque muitos dos clientes da antecipação do saque estão negativados e não têm emprego.



Isaac Sidney defende “liberdade do ponto de vista de taxas”